

CRIMINALÍSTICA

Locais de Crime contra a Vida



Presidente: Gabriel Granjeiro

Vice-Presidente: Rodrigo Calado

Diretor Pedagógico: Erico Teixeira

Diretora de Produção Educacional: Vivian Higashi

Gerência de Produção de Conteúdo: Magno Coimbra

Coordenadora Pedagógica: Élica Lopes

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran Cursos Online. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

CÓDIGO:

241226364944



MANOEL MACHADO

Graduado em Química, realizou mestrado e doutorado na área de Química com transdisciplinaridade em Física. É também licenciado em Matemática e Física. Possui significativa experiência no ensino de ciências exatas (Matemática, Química e Física) nos mais diversos níveis, ministrando aulas em duas universidades federais (da Bahia e de Sergipe), estaduais, privadas, além de cursos preparatórios e escolas de nível médio do estado da Bahia. Aprovado em seis processos seletivos dentro da área de Química. Aprovado no concurso para Soldado da PM-BA, onde serviu por dois anos. Aprovado em 1º lugar PCD no concurso para Agente Comercial (Escriturário) do Banco do Brasil. Especialista em Criminologia, foi aprovado no concurso e concluiu o Curso de Formação Profissional com sucesso na Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará para o cargo de Perito Criminal da Perícia Forense do Estado do Ceará.

GRAN
CONCURSOS

SUMÁRIO

Apresentação	4
Locais de Crime contra a Vida	5
1. Introdução	5
2. Local de Crime contra Vida	6
3. Tipos de Locais de Crime contra Vida	7
4. Cuidados em Locais de Crime contra a Vida	7
5. Identificação de Suspeitos em Crimes contra a Vida	8
6. Crimes contra Vida e o Código Penal	9
Resumo	11
Questões de Concurso	12
Gabarito	20
Gabarito Comentado	21

APRESENTAÇÃO

Fala, guerreiro(a)!!

Como está a preparação? Vai me dizer que esse não era o concurso dos seus sonhos?

Em primeiro lugar, é bem verdade que alguns assuntos foram vistos em um nível de profundidade e abordagem bastante diferente do que é visto em provas de concursos. Em segundo lugar, você provavelmente pode estar se queixando de que não se lembra da maioria dos assuntos já vistos, sobretudo se for para resolver questões. Bom, esse é o ponto-chave para o estudo de concursos. As questões! Com a correta seleção de questões você conseguirá amplificar seu desempenho de uma forma muito rápida, aumentando seus acertos e entendendo seus erros.

Não quero te convencer a estudar por qualquer método de estudo em específico. Sobre isso, você deve descobrir o que funciona para você! Meu objetivo, guerreiro(a), é que você tenha um poderoso material em mãos. Os meus PDFs do Gran Cursos Online trabalham com uma seleção de tópicos de assuntos direcionados ao perfil das questões utilizadas pelas maiores bancas da área no país. A parte teórica do assunto é percorrida de forma a te conduzir a aprender o suficiente para cada tópico. Em alguns casos, para evitar um texto demasiado extenso, um tópico ou outro sobre o conteúdo pode ser tratado diretamente nos comentários de questões. E olha elas novamente? Aqui, você encontrará uma seleção de questões cuidadosamente escolhidas e todas comentadas de acordo com o perfil das bancas. Não é uma seleção aleatória de questões sobre o assunto! Não mesmo! É uma escolha sistematizada e com método!

O que eu estou falando aqui é da oportunidade de ter um estudo dirigido e com apoio de teoria. Esse é o meu trabalho: DISSECAR um conjunto de questões selecionadas com método, produzir um perfil do tipo de cobrança dos tópicos daquele conjunto de questões, estruturar e escrever uma aula autossuficiente com teoria e questões comentadas! Como se não bastasse, estou praticamente todo o tempo disponível no fórum de dúvidas. Te convido a experimentar esse método de preparação.

Professor Manoel Machado

@prof.manoelmachado

LOCAIS DE CRIME CONTRA A VIDA

1. INTRODUÇÃO

Os crimes contra a vida são aqueles que atentam diretamente contra a integridade física e o direito à vida das pessoas. Eles são considerados os mais graves na esfera penal, uma vez que a vida é um bem inestimável e insubstituível. Entre os principais crimes contra a vida, destacam-se o homicídio, o feminicídio, o infanticídio, o aborto e a lesão corporal seguida de morte.

O homicídio é o crime mais comum entre os crimes contra a vida. Ele se caracteriza pela ação de matar outra pessoa, com ou sem intenção. O homicídio pode ser classificado como doloso, quando há a intenção de matar, ou culposo, quando não há a intenção, mas o agente age de forma negligente, imprudente ou imperita. O homicídio pode ser agravado ou qualificado, quando há circunstâncias que tornam o crime ainda mais grave, como o uso de violência, tortura, motivos torpes, entre outros.

O feminicídio é um crime que se caracteriza pela motivação de gênero. É o assassinato de mulheres em função de sua condição de gênero, ou seja, por serem mulheres. Esse crime tem crescido de forma alarmante em todo o mundo e é considerado um dos mais graves. No Brasil, o feminicídio foi incluído no Código Penal em 2015 como uma qualificadora do homicídio, com pena mais severa.

O infanticídio é o crime que consiste em matar o próprio filho recém-nascido, durante ou logo após o parto. Esse crime é considerado mais leve que o homicídio, uma vez que a legislação prevê a redução da pena em casos em que a mãe comete o crime sob o efeito de transtornos psicológicos decorrentes do parto. No entanto, o infanticídio ainda é um crime grave, que afeta diretamente a vida de um ser humano.

O aborto é um crime que consiste na interrupção da gravidez antes que o feto possa sobreviver fora do útero. No Brasil, o aborto é considerado crime, exceto em casos de estupro, risco de vida para a mãe ou feto com anencefalia. A questão do aborto é bastante polêmica, dividindo opiniões e gerando debates sobre o direito à vida e a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo.

A lesão corporal seguida de morte é um crime que consiste em causar lesões corporais em alguém que resultam em sua morte. Esse crime é considerado grave, uma vez que a morte é consequência direta da ação do agente. A pena para esse crime é bastante severa, podendo chegar a 30 anos de prisão.

O latrocínio é um crime que se caracteriza pelo roubo seguido de morte. Nesse caso, o agente comete o roubo com o objetivo de matar a vítima. Esse crime é considerado muito grave, pois envolve não só o roubo, mas também o assassinato da vítima.

2. LOCAL DE CRIME CONTRA VIDA

A investigação de locais de crime é uma das principais áreas da ciência forense, especialmente no que se refere a crimes contra a vida, como homicídios, suicídios e mortes acidentais. A análise de um local de crime envolve uma série de técnicas e procedimentos específicos, que buscam coletar evidências e determinar as circunstâncias que levaram à morte da vítima.

Um local de crime é qualquer lugar onde ocorreu uma morte violenta ou suspeita de ter sido provocada por ação humana. Isso pode incluir residências, estabelecimentos comerciais, vias públicas, parques, florestas, entre outros locais. A análise do local de crime é essencial para a investigação do caso, pois é nele que se encontram as principais pistas e evidências que podem ajudar a esclarecer o que aconteceu.

A investigação de um local de crime começa com a chegada da equipe de peritos forenses. Eles devem preservar o local e evitar que qualquer evidência seja contaminada ou destruída. Isso envolve a criação de uma zona de isolamento, a restrição do acesso ao local e a utilização de equipamentos de proteção individual.

Uma vez que o local esteja preservado, a equipe de peritos começa a coletar evidências. Isso pode incluir coleta de sangue, cabelo, impressões digitais, pegadas, material genético, objetos que possam ter sido usados no crime, entre outras coisas. Todas as evidências devem ser embaladas corretamente e levadas para análise em laboratório.

Além disso, os peritos devem documentar o local de crime, registrando fotografias e vídeos, fazendo croquis e anotações detalhadas. Esses registros são importantes para a reconstituição dos fatos e para apresentar as provas em um julgamento.

Após a coleta de todas as evidências e a documentação do local de crime, a equipe de peritos deve realizar uma análise detalhada de todas as informações coletadas. Isso envolve a interpretação dos resultados de análises laboratoriais, a identificação de padrões e a correlação de todas as evidências coletadas. Com base nessas informações, a equipe pode determinar a causa da morte e identificar possíveis suspeitos.

Em resumo, a investigação de locais de crime contra a vida é uma área fundamental da criminalística, que envolve uma série de técnicas e procedimentos específicos. A análise de um local de crime pode fornecer informações valiosas para a resolução de casos de homicídio, suicídio e morte acidental, e a utilização de métodos científicos rigorosos é essencial para garantir a justiça e a segurança pública.

3. TIPOS DE LOCAIS DE CRIME CONTRA VIDA

Existem vários tipos de locais de crime contra a vida, incluindo:

- Residências: muitos crimes violentos ocorrem dentro de residências, como assassinatos, agressões e abusos.
- Ruas e becos: esses locais são frequentemente usados para crimes como roubos, assassinatos e sequestros.
- Áreas remotas: locais isolados como florestas, montanhas e desertos são frequentemente usados para crimes graves, como assassinatos e sequestros.
- Estacionamento e garagens: esses locais são frequentemente usados para crimes como assaltos, roubos de carros e agressões.
- Parques e áreas públicas: esses locais são frequentemente usados para crimes como assassinatos, roubos e agressões.
- Estabelecimentos comerciais: locais como lojas, bares e restaurantes são frequentemente alvos de crimes como roubos, assaltos e homicídios.
- Veículos: crimes como roubos de carros, sequestros e assassinatos podem ocorrer dentro de veículos.
- Locais de trabalho: crimes como assédio sexual, agressões e assassinatos podem ocorrer no local de trabalho.

É importante lembrar que esses locais não são exclusivos para cada tipo de crime e que cada caso é único, com sua própria dinâmica e contexto.

4. CUIDADOS EM LOCAIS DE CRIME CONTRA A VIDA

Ao chegar em um local de crime contra a vida, é importante tomar alguns cuidados para preservar a cena do crime e garantir a segurança de todos os envolvidos. Algumas precauções incluem:

- acionar as autoridades: chamar imediatamente a polícia e/ou os serviços de emergência é a primeira coisa a ser feita em um local de crime contra a vida. As autoridades são responsáveis por preservar a cena do crime, investigar e garantir a segurança de todos os envolvidos;
- não alterar a cena do crime: é importante não tocar em nada no local do crime, a fim de preservar evidências que possam ser cruciais para a investigação. Isso inclui não mexer no corpo ou objetos próximos a ele;
- não interferir no trabalho da polícia: é essencial deixar que os policiais e investigadores façam o trabalho deles sem interferências ou distrações. Não fazer perguntas desnecessárias ou tentar acessar a cena do crime sem autorização é uma maneira de ajudar nesse sentido;

- evitar contato com testemunhas ou envolvidos: é importante não falar com testemunhas ou envolvidos no local do crime, a fim de evitar informações conflitantes ou interferir na investigação;
- garantir a própria segurança: é importante ficar em um local seguro e afastado do local do crime, evitando colocar-se em perigo ou interferir na investigação.

Em suma, o cuidado ao chegar em um local de crime contra a vida deve ser priorizar a preservação da cena do crime, garantir a segurança de todos os envolvidos e colaborar com as autoridades no que for necessário.

O trabalho do perito em um local de crime contra a vida é fundamental para a investigação criminal. Algumas das principais tarefas que um perito deve realizar em um local de crime contra a vida incluem:

- isolar a cena do crime: o perito deve isolar o local do crime para preservar a integridade da cena, impedindo que pessoas não autorizadas ou curiosas acessem o local e comprometam a investigação;
- coletar evidências: o perito deve coletar todas as evidências presentes no local do crime, como impressões digitais, cabelos, fibras, sangue, entre outras. A coleta adequada dessas evidências é crucial para a investigação e pode ajudar a solucionar o crime;
- fotografar e documentar o local do crime: o perito deve fotografar e documentar minuciosamente todo o local do crime, registrando a posição dos objetos, a posição do corpo da vítima, entre outros detalhes importantes. Essa documentação é importante para a análise posterior dos fatos;
- realizar exames periciais: o perito pode realizar exames periciais no local do crime, como exames de balística, análise de manchas de sangue, análise de DNA, entre outros. Esses exames podem fornecer informações valiosas para a investigação;
- elaborar laudos periciais: com base nas evidências coletadas e nos exames realizados, o perito deve elaborar um laudo pericial detalhado, que servirá como um documento oficial para a investigação criminal.

Em resumo, o trabalho do perito em um local de crime contra a vida envolve a coleta e análise de evidências, a documentação da cena do crime e a elaboração de laudos periciais. Tudo isso é fundamental para a investigação criminal e para a busca da verdade dos fatos.

5. IDENTIFICAÇÃO DE SUSPEITOS EM CRIMES CONTRA A VIDA

A identificação de suspeitos em crimes contra a vida é uma tarefa importante e desafiadora para as autoridades policiais e para a perícia criminal. Existem diversas formas de identificar suspeitos em crimes contra a vida, que variam de acordo com o tipo de crime e com as circunstâncias envolvidas.

Uma das formas mais comuns de identificação de suspeitos é a análise de imagens de câmeras de segurança, que podem capturar imagens de pessoas suspeitas próximas ao local do crime. As autoridades também podem utilizar imagens de celulares ou de redes sociais para identificar suspeitos em crimes.

Outra forma de identificação de suspeitos é a realização de investigações em conjunto com testemunhas oculares do crime. As testemunhas podem fornecer informações importantes sobre a aparência física, a roupa e o comportamento dos suspeitos, que podem ajudar na identificação.

A análise de vestígios encontrados no local do crime também pode ser útil na identificação de suspeitos. Por exemplo, impressões digitais, DNA e amostras de cabelo ou pele podem ser coletados e comparados com registros criminais para identificar suspeitos.

A perícia em armas de fogo também pode ajudar a identificar suspeitos em crimes de homicídio ou de tentativa de homicídio. A análise de projéteis e de cápsulas encontrados no local do crime pode fornecer informações sobre o tipo de arma e sobre o ângulo de tiro, o que pode ajudar a identificar o suspeito.

Além disso, a análise de dados de telefonia celular pode ser utilizada para identificar suspeitos em crimes contra a vida. Por exemplo, a análise de registros de ligações e de mensagens de texto pode fornecer informações sobre as pessoas que estavam próximas ao local do crime e que podem ter envolvimento com o crime.

Em casos mais complexos, como crimes de serial killers, a análise do perfil comportamental do criminoso pode ser utilizada para ajudar na identificação de suspeitos. A análise de padrões de comportamento e de modus operandi pode fornecer pistas sobre o suspeito, como características físicas, idade, profissão e histórico de crimes.

Em resumo, a identificação de suspeitos em crimes contra a vida é uma tarefa complexa, que exige a utilização de diversas técnicas e ferramentas de investigação. As autoridades policiais e a perícia criminal devem trabalhar em conjunto para reunir evidências e informações que possam ajudar na identificação dos suspeitos e na resolução dos crimes.

6. CRIMES CONTRA VIDA E O CÓDIGO PENAL

Os principais crimes contra a vida são tipificados no Código Penal Brasileiro e são considerados crimes graves, sujeitos a penas severas. A seguir, serão abordados os principais crimes contra a vida pela ótica do Código Penal e do Processo Penal.

- **Homicídio:** o homicídio é o crime mais grave contra a vida, tipificado no artigo 121 do Código Penal. Ele ocorre quando alguém mata outra pessoa, intencionalmente ou não. A pena para esse crime pode variar de 6 a 30 anos de reclusão, dependendo das circunstâncias do crime.

- Infanticídio: o infanticídio é o ato de matar o próprio filho durante o parto ou logo após. Ele é considerado um crime privilegiado, e a pena pode ser reduzida em até 2/3, de acordo com o artigo 123 do Código Penal.
- Homicídio qualificado: o homicídio qualificado é aquele cometido com agravantes, como por exemplo, por motivo torpe, mediante paga ou promessa de recompensa, com emprego de veneno ou fogo, com dissimulação, entre outros. A pena para esse crime é aumentada de 1/3 até a metade, conforme o artigo 121 do Código Penal.
- Lesão corporal seguida de morte: a lesão corporal seguida de morte é quando alguém causa lesões em outra pessoa que, posteriormente, vem a falecer em decorrência dessas lesões. Esse crime é tipificado no artigo 129, parágrafo 3º do Código Penal, e a pena pode variar de 4 a 12 anos de reclusão.
- Morte decorrente de imprudência, negligência ou imperícia: esse tipo de crime ocorre quando alguém, por imprudência, negligência ou imperícia, causa a morte de outra pessoa. Esses crimes são previstos no Código de Trânsito Brasileiro, no Código Penal e em outras leis específicas, como por exemplo, no caso de médicos que cometem erros graves em cirurgias.
- Doloso ou culposo: o Código Penal estabelece a diferença entre os crimes dolosos e culposos. O crime doloso ocorre quando alguém tem a intenção de matar ou assume o risco de matar outra pessoa. Já o crime culposo é aquele cometido sem a intenção de matar, mas com imprudência, negligência ou imperícia.

No Processo Penal, a investigação e o julgamento dos crimes contra a vida são tratados de forma especial, devido à sua gravidade. Os crimes contra a vida são julgados pelo Tribunal do Júri, formado por sete jurados escolhidos por sorteio. O juiz preside o julgamento, mas é o júri quem decide sobre a condenação ou absolvição do réu. A defesa e a acusação podem fazer suas argumentações e apresentar suas provas, mas é o júri quem tem a palavra final.

Além disso, o processo penal dos crimes contra a vida é regido por prazos específicos, que visam garantir a rapidez e a eficiência na investigação e no julgamento desses crimes. Por exemplo, o prazo para a conclusão do inquérito policial é de 10 dias.

RESUMO

O local de crime contra a vida é onde ocorreu a morte violenta de uma pessoa, seja por homicídio, feminicídio, latrocínio ou outros crimes contra a vida. É um local que requer cuidados especiais para preservar as evidências e facilitar a investigação.

Os tipos de locais de crime contra a vida podem variar, desde áreas públicas, como ruas e praças, até residências, comércios e outros estabelecimentos. Além disso, há também os chamados “locais de desova”, onde o corpo é deixado após o crime ter sido cometido em outro lugar.

Ao chegar ao local de crime, é importante que as autoridades tomem cuidados para não contaminar ou destruir as evidências, como sangue, impressões digitais e objetos pessoais da vítima. É preciso isolar a área, evitar que curiosos se aproximem e identificar possíveis testemunhas. A análise do local de crime é fundamental para a resolução do caso.

A identificação de suspeitos em crimes contra a vida pode ser feita através de diversos meios, como imagens de câmeras de segurança, depoimentos de testemunhas, análise de DNA, entre outros. É importante que as autoridades sigam os protocolos legais para garantir que as evidências sejam aceitas em um julgamento.

Os crimes contra a vida estão previstos no Código Penal brasileiro, e incluem homicídio, feminicídio, infanticídio, aborto e outros. As penas variam de acordo com a gravidade do crime e podem incluir reclusão, detenção e multa. É fundamental que as autoridades trabalhem para identificar e punir os responsáveis por esses crimes.

QUESTÕES DE CONCURSO

001. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-PB/PERITO OFICIAL CRIMINAL/CRIMINALÍSTICA) De acordo com o conceito e a classificação de local de crime, assinale a opção correta.

- a) Local de crime consiste no lugar onde o crime foi consumado.
- b) Um local de homicídio em via pública onde se observa a presença de transeuntes é presumivelmente idôneo.
- c) Quanto à situação, os locais de crime são classificados em preservados, violados e desfeitos.
- d) Quanto à natureza do fato, os locais de crime são classificados com base no tipo penal que lhe deu origem.
- e) A residência onde ocorreu um homicídio e o veículo utilizado pelo autor para fuga após cometimento desse crime são considerados, respectivamente, área imediata interna e área mediata externa.

002. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-PB/PERITO OFICIAL CRIMINAL- CRIMINALÍSTICA) Peritos da Polícia Civil realizaram a reprodução simulada do crime que terminou com a morte de Fabiano, de 25 anos de idade, após briga durante a madrugada de sábado em uma boate em João Pessoa-PB. O indiciado por ter cometido o crime afirmou que agiu em legítima defesa depois de ter sido agredido pela vítima. No entanto, testemunhas informaram que a vítima havia sido covardemente agredida até cair desacordada e falecer no local. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, acerca de reprodução simulada.

- a) O procedimento realizado pela polícia visa convencer o Ministério Público acerca das circunstâncias e da autoria do delito.
- b) É de suma importância que os peritos criminais conheçam os autos antes da realização da reprodução simulada.
- c) Deduz-se da situação narrada que a autoridade policial foi previamente autorizada pelo juiz para realizar a reprodução simulada do crime.
- d) Infere-se que a reprodução simulada foi realizada no local similar ao do crime e necessariamente em horário com boa luminosidade, visando facilitar a visualização das encenações.
- e) No caso em tela, a encenação do delito foi realizada pelo indiciado e pelas testemunhas concomitantemente no local, visando reproduzir com a maior fidedignidade possível as circunstâncias do fato.

003. (IDECAN/2022/PC-BA/PERITO ODONTO-LEGAL DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA) A identificação de vítimas de desastres em massa requer um serviço organizado e sequencial que permita a otimização do desempenho de profissionais em campo, com o melhor

aproveitamento do tempo, e sem a perda de acurácia no processo de reconciliação. Internacionalmente, o protocolo para a identificação de vítimas de desastres em massa proposto pela INTERPOL (International Criminal Police Organization) é amplamente difundido e sobre a identificação de vítimas de desastres em massa e o protocolo da INTEPROL, considere as asserções a seguir:

I – Ao odontologista é facultada a conclusão de “identificação” quando há certeza absoluta de que os dados ante mortem e post mortem são do mesmo indivíduo.

II – Ao odontologista é facultada a conclusão de “identificação provável” quando há a correspondência de características ante mortem e post mortem, porém os registros não possuem relação temporal.

III – Ao odontologista é facultada a conclusão de “identificação possível” quando não há discrepância inexplicável entre dados ante mortem e post mortem, mas as concordâncias dentais são em número inferior a 10.

IV – Ao odontologista é facultada a conclusão de “exclusão” quando não existem dados ante mortem que viabilizem a identificação humana por comparação.

V – Cinco são as conclusões facultadas ao odontologista durante operações de identificação de vítimas de desastres em massa.

Assinale a alternativa verdadeira:

- a) I e V, apenas
- b) II e IV, apenas
- c) I e III, apenas
- d) III e IV, apenas
- e) II e V, apenas

004. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-PB/PAPILOSCOPISTA/MEDICINA LEGAL) Dois agricultores agrediram-se mutuamente com facões e um deles feriu-se gravemente no antebraço direito, tendo trauma ósseo e secção de diversos tendões, após solução de continuidade na face anterior desse segmento.

Com base nessa situação, é correto afirmar que o trauma descrito caracteriza lesão

- a) incisa
- b) corto-contundente
- c) contus
- d) perfuro-contusa
- e) perfuro-incisa

005. (CESPE/CEBRASPE/2022/POLITEC/RO/PERITO CRIMINAL/CRIMINALÍSTICA) Uma equipe pericial foi encaminhada para local de homicídio perpetrado mediante o uso de arma de fogo,

em via pública de determinada comunidade. O local abrangido pelo cadáver e os principais vestígios foram devidamente preservados; todavia, no decorrer do exame pericial, um popular encontrou estojos balísticos do mesmo calibre utilizado no crime, em área próxima, mas sem qualquer ligação geográfica com o local do delito.

Nessa situação hipotética, considerando a conceituação e a divisão doutrinária de local de crime, o perito deverá

- a) recolher os estojos citados após o levantamento pericial, porquanto eles foram encontrados em local denominado imediato.
- b) recolher os estojos em questão após o levantamento pericial, visto que eles foram encontrados em local denominado mediato.
- c) desprezar os referidos estojos, porque eles constituem vestígios ilusórios sem nenhuma relação com o delito.
- d) desprezar os referidos estojos, porque eles não estão relacionados geograficamente com o local do crime.
- e) recolher os citados estojos após o levantamento pericial, porquanto eles foram encontrados em local denominado relacionado.

006. (FGV/2022/SENADO FEDERAL/TÉCNICO LEGISLATIVO/POLICIAL LEGISLATIVO/CRIMINALÍSTICA) Considerando o regramento legal brasileiro previsto no Código de Processo Penal atinente ao local do crime, assinale a afirmativa correta.

- a) Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e os vestígios deixados no local do crime.
- b) A realização do exame de corpo de delito terá prioridade quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher, violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência e, ainda, violência decorrente de crime praticado por motivação racial.
- c) O exame do local onde houver sido praticada a infração poderá ser feito a partir de relatos de terceiros, não sendo necessária a manutenção do estado das coisas até a chegada dos peritos.
- d) O exame de corpo de delito será obrigatoriamente realizado a partir dos vestígios, não podendo a prova testemunhal suprir a falta do exame.
- e) O juiz ou a autoridade policial negará qualquer perícia requerida pelas partes quando não for necessária ao esclarecimento da verdade.

007. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/PAPILOSCOPISTA/PERITO CRIMINAL/PERITO MÉDICO-LEGISTA/PERITO ODONTOLEGISTA/CRIMINALÍSTICA) Considere-se que uma equipe policial foi a primeira a chegar a um local de homicídio onde o cadáver e os demais vestígios ainda

se encontravam, situado em via pública, próximo a uma área de imenso matagal. A partir dessa situação hipotética e considerando aspectos suscitados pelo tema, julgue o próximo item. Para o deslocamento de saída do local do crime, deverá a equipe policial adotar o trajeto inverso e em sentido contrário ao de entrada.

008. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/PERITO MÉDICO-LEGISTA/PERITO ODONTOLEGISTA/CRIMINALÍSTICA) Considere-se que uma equipe policial foi a primeira a chegar a um local de homicídio onde o cadáver e os demais vestígios ainda se encontravam, situado em via pública, próximo a uma área de imenso matagal. A partir dessa situação hipotética e considerando aspectos suscitados pelo tema, julgue o próximo item. Após a demarcação e o isolamento do local, a equipe policial deverá permanecer no interior do perímetro demarcado como local imediato, para preservá-lo, até a chegada dos peritos.

009. (INSTITUTO AOCP/2023/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/AGENTE AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL/AUXILIAR DE NECROPSIA/AUXILIAR DE PERÍCIA/CRIMINALÍSTICA) Nos termos legais, acerca do que os peritos devem verificar em perícias relacionadas a locais de crime envolvendo incêndios, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A causa e o lugar em que houver começado.
- b) O perigo que dele tiver resultado para a vida ou para o patrimônio alheio.
- c) Se os trabalhos de combate às chamas e o rescaldo contribuíram para patrimônio.
- d) A extensão do dano e o seu valor.
- e) As alterações do estado das coisas e as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

010. (IADES/2024/POLÍCIA CIENTÍFICA/GO/ODONTOLEGISTA DE 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA) Suponha que, em um sábado, às 20 horas, simultaneamente, autoridades de delegacias de polícia tenham solicitado exames periciais para três ocorrências policiais: roubo a estabelecimento comercial, violência contra idoso e homicídio tentado de homem não deficiente de 25 anos de idade. Durante esse plantão noturno, a única equipe de perícia oficial da cidade

- a) deslocou-se imediatamente para realizar os exames na ocorrência de homicídio tentado.
- b) esperou o dia amanhecer para realizar os exames.
- c) deslocou-se imediatamente para realizar os exames na ocorrência de roubo.
- d) deslocou-se imediatamente para realizar os exames na ocorrência de violência contra idoso.
- e) não se deslocou, pois, aos finais de semana, só se realiza exame caso haja cadáver.

011. (INSTITUTO AOCP/2022/PC-GO/PAPILOSCOPISTA POLICIAL DA 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA) João e José foram denunciados pela prática do crime de homicídio contra a pessoa de Mario,

não tendo sido realizado exame de corpo de delito cadavérico, pois o cadáver jamais foi encontrado. Em juízo, João confessou a prática do crime de homicídio, dizendo, ainda, que teve a ajuda de José para o cometimento do crime. José, em seu interrogatório, permaneceu em silêncio. Corroborando a versão de João, foram ouvidas duas testemunhas de acusação. Diante desse caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) O silêncio de José não importará em confissão, mas poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.
- b) A confissão de João possui valor intrínseco superior às demais provas, devendo ser aferida pelo magistrado por critérios diferenciados em relação ao restante do conjunto probatório.
- c) Por se tratar de crime que deixa vestígio, é indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- d) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- e) A confissão de João é indivisível, não podendo o juiz considerar apenas uma parte do que foi confessado.

012. (IDECAN/2022/PC-BA/PERITO TÉCNICO DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA) Define-se local de crime como qualquer local onde tenha ocorrido um fato potencialmente delituoso. Abrange também os locais relacionados ao delito onde tenham ocorrido atos preparatórios, materiais ou ulteriores à consumação delitiva. Em situação hipotética de homicídio envolvendo as seguintes etapas: planejamento detalhado no apartamento A, consumação no beco B, traslado do corpo para a região R, onde o cadáver foi ocultado, armas e veículos utilizados na prática delitiva encontrados no mato M e um dos suspeitos preso em hospital H. São considerados locais de crime, exceto:

- a) Apartamento A.
- b) Mato M.
- c) Região R.
- d) Beco B.
- e) Hospital H.

013. (INÉDITA/2024) O homicídio é o crime mais comum entre os crimes contra a vida. Ele se caracteriza pela ação de matar outra pessoa, com ou sem intenção. Isso posto, são circunstâncias que tornam o crime de homicídio ainda mais grave: o uso de violência, tortura e motivos torpes.

014. (INÉDITA/2024) O feminicídio é um crime que se caracteriza pela motivação de gênero. É o assassinato de mulheres em função de sua condição de gênero, ou seja, por serem mulheres. Esse crime tem crescido de forma alarmante em todo o mundo e é considerado

um dos mais graves. No Brasil, o feminicídio foi incluído no Código Penal em 2015 como uma majorante do homicídio, com pena mais severa.

015. (INÉDITA/2024) O infanticídio é o crime que consiste em matar o próprio filho recém-nascido, durante ou logo após o parto. Esse crime é considerado mais leve que o homicídio, uma vez que a legislação prevê a extinção da pena em casos em que a mãe comete o crime sob o efeito de transtornos psicológicos decorrentes do parto.

016. (INÉDITA/2024) Dentre os inúmeros crimes contra a vida, o aborto é um crime que consiste na interrupção da gravidez antes que o feto possa sobreviver fora do útero. No Brasil, o aborto é considerado crime, exceto, apenas, em casos de estupro.

017. (INÉDITA/2024) O latrocínio é um crime que se caracteriza pelo roubo seguido de morte. Nesse caso, o agente comete o roubo, mas acaba matando a vítima culposamente, mediante imprudência, imperícia ou negligência. Esse crime é considerado muito grave, pois envolve não só o roubo, mas também o assassinato culposos da vítima.

018. (INÉDITA/2024) A lesão corporal seguida de morte é um crime que consiste em causar lesões corporais em alguém que resultam em sua morte. Esse crime é considerado grave, uma vez que a morte é consequência direta da ação do agente. A pena para esse crime é bastante severa, podendo chegar a 30 anos de prisão.

019. (INÉDITA/2024) A análise do local de crime é essencial para a investigação do caso, pois é nele que se encontram as principais pistas e evidências que podem ajudar a esclarecer o que aconteceu. Um local de crime é qualquer lugar onde ocorreu uma morte acidental (sem violência) ou suspeita de ter sido provocada pela ação da natureza (caso fortuito ou força maior).

020. (INÉDITA/2024) A investigação de um local de crime começa com o despacho do Delegado de Polícia que autoriza a investigação policial. Assim, os peritos devem preservar o local e evitar que qualquer evidência seja contaminada ou destruída. Isso envolve a criação de uma zona de isolamento, a restrição do acesso ao local e a utilização de equipamentos de proteção individual.

021. (INÉDITA/2024) Uma vez que o local esteja preservado, a equipe de peritos começa a coletar evidências. Isso pode incluir coleta de sangue, cabelo, impressões digitais, pegadas, material genético, objetos que possam ter sido usados no crime, entre outras coisas.

Todas as evidências devem ser embaladas corretamente e, a priori, para o Delegado de Polícia responsável pela investigação a fim de que sejam registradas no auto de prisão em flagrante, quando for o caso.

022. (INÉDITA/2024) Após a coleta de todas as evidências e a documentação do local de crime, a equipe de peritos deve realizar uma análise detalhada de todas as informações coletadas. Isso envolve a interpretação dos resultados de análises laboratoriais, a identificação de padrões e a correlação de todas as evidências coletadas.

023. (INÉDITA/2024) Os peritos devem documentar o local de crime, registrando fotografias e vídeos, fazendo croquis e anotações detalhadas. Esses registros são importantes para a reconstituição dos fatos e para apresentar as provas em um julgamento.

024. (INÉDITA/2024) A investigação de locais de crime contra a vida é uma área fundamental da criminalística, que envolve uma série de técnicas e procedimentos específicos. A análise de um local de crime pode fornecer informações valiosas para a resolução de casos de homicídio e suicídio, salvo nos casos de morte acidental, haja vista a desnecessidade de comprovar o autor do crime devido ao fato de não haver culpados.

025. (INÉDITA/2024) Existem vários tipos de locais de crime contra a vida, incluindo locais de trabalho, onde frequentemente ocorrem de forma exclusiva: assédio sexual, agressões e assassinatos.

026. (INÉDITA/2024) Chamar imediatamente a polícia e/ou os serviços de emergência é a primeira coisa a ser feita em um local de crime contra a vida. As autoridades são responsáveis por preservar a cena do crime, investigar e garantir a segurança de todos os envolvidos.

027. (INÉDITA/2024) É de crucial importância que as pessoas próximas ao local do crime tentem conversar com as vítimas e o possível criminoso a fim de acalmá-los para que possam prestar as informações certas a respeito do que houve na região.

028. (INÉDITA/2024) A identificação de suspeitos em crimes contra a vida é uma tarefa complexa, que exige a utilização de diversas técnicas e ferramentas de investigação. As autoridades policiais e a perícia criminal devem trabalhar em conjunto para reunir evidências e informações que possam ajudar na identificação dos suspeitos e na resolução dos crimes.

029. (INÉDITA/2024) Dentre os inúmeros crimes contra a vida, o infanticídio é o ato de matar o próprio filho durante o parto ou logo após. Ele é considerado um crime privilegiado, e a pena pode ser reduzida em até 1/6, de acordo com o art. 123 do Código Penal.

030. (INÉDITA/2024) Morte decorrente de imprudência, negligência ou imperícia: Esse tipo de crime ocorre quando alguém, por imprudência, negligência ou imperícia, causa a morte de outra pessoa. Esses crimes são previstos no Código de Trânsito Brasileiro, no Código Penal e em outras leis específicas, como por exemplo, no caso de médicos que cometem erros graves em cirurgias.

031. (INÉDITA/2024) No Processo Penal, a investigação e o julgamento dos crimes contra a vida são tratados de forma especial, devido à sua gravidade. Os crimes contra a vida são julgados pelo Tribunal do Júri, formado por 15 jurados escolhidos pelo juiz. O juiz preside o julgamento e é ele quem decide sobre a condenação ou absolvição do réu, enquanto que o Júri (formado pelos jurados) tem a função de determinar se a pena imposta pelo juiz será diminuída ou aumentada.

032. (INÉDITA/2024) No Processo Penal, os crimes contra a vida são regidos por prazos específicos, que visam garantir a rapidez e a eficiência na investigação e no julgamento desses crimes. Por exemplo, o prazo para a conclusão do inquérito policial é de 30 dias.

GABARITO

1. d
2. b
3. a
4. b
5. e
6. a
7. E
8. E
9. c
10. a
11. d
12. e
13. C
14. E
15. E
16. E
17. E
18. C
19. E
20. E
21. E
22. C
23. C
24. E
25. E
26. C
27. E
28. C
29. E
30. C
31. E
32. E

GABARITO COMENTADO

001. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-PB/PERITO OFICIAL CRIMINAL/CRIMINALÍSTICA) De acordo com o conceito e a classificação de local de crime, assinale a opção correta.

- a) Local de crime consiste no lugar onde o crime foi consumado.
- b) Um local de homicídio em via pública onde se observa a presença de transeuntes é presumivelmente idôneo.
- c) Quanto à situação, os locais de crime são classificados em preservados, violados e desfeitos.
- d) Quanto à natureza do fato, os locais de crime são classificados com base no tipo penal que lhe deu origem.
- e) A residência onde ocorreu um homicídio e o veículo utilizado pelo autor para fuga após cometimento desse crime são considerados, respectivamente, área imediata interna e área mediata externa.



Para responder esta questão é necessário entender não apenas o conceito de local de crime, mas também sua classificação com base na natureza do fato e na relação com o crime ocorrido. Além disso, é relevante saber diferenciar os tipos de locais quanto à situação após o crime.

- a) Esta alternativa é incompleta e pode ser enganosa. Local de crime não é apenas o lugar onde o crime foi consumado, mas também pode incluir locais relacionados ao crime por extensão, como rotas de fuga e pontos de encontro previamente acordados entre criminosos.
- b) Esta alternativa é incorreta, pois um local de crime, especialmente um homicídio em via pública, é caracterizado primariamente pelo evento criminoso que ocorreu e não pela presença de transeuntes. A presença de pessoas não determina a idoneidade do local como evidência.
- c) Incorreta. Os locais de crime quanto à situação são usualmente classificados como preservados ou contaminados/violados, dependendo do nível de interferência que o local sofreu após o crime.
- d) Correta. Cada tipo de crime possui características específicas que influenciam a investigação e a coleta de evidências. Portanto, a classificação dos locais de crimes com base na natureza do fato (ex.: homicídio, roubo, estupro) é um método empregado para organizar e conduzir a investigação de maneira eficiente.
- e) Esta alternativa é parcialmente correta, mas está incorreta ao classificar a residência e o veículo em áreas imediatas interna e mediata externa, respectivamente, o que não reflete categorias reconhecidas na classificação de cenas de crime.

Letra d.

002. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-PB/PERITO OFICIAL CRIMINAL- CRIMINALÍSTICA) Peritos da Polícia Civil realizaram a reprodução simulada do crime que terminou com a morte de Fabiano, de 25 anos de idade, após briga durante a madrugada de sábado em uma boate em João Pessoa-PB. O indiciado por ter cometido o crime afirmou que agiu em legítima defesa depois de ter sido agredido pela vítima. No entanto, testemunhas informaram que a vítima havia sido covardemente agredida até cair desacordada e falecer no local. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, acerca de reprodução simulada.

- a) O procedimento realizado pela polícia visa convencer o Ministério Público acerca das circunstâncias e da autoria do delito.
- b) É de suma importância que os peritos criminais conheçam os autos antes da realização da reprodução simulada.
- c) Deduz-se da situação narrada que a autoridade policial foi previamente autorizada pelo juiz para realizar a reprodução simulada do crime.
- d) Infere-se que a reprodução simulada foi realizada no local similar ao do crime e necessariamente em horário com boa luminosidade, visando facilitar a visualização das encenações.
- e) No caso em tela, a encenação do delito foi realizada pelo indiciado e pelas testemunhas concomitantemente no local, visando reproduzir com a maior fidedignidade possível as circunstâncias do fato.



Para resolver a questão, primeiro é necessário entender o que é a reprodução simulada dentro do contexto forense. A reprodução simulada é um procedimento investigativo realizado pelos peritos criminais, que visa reconstituir a cena de um crime para esclarecer pontos duvidosos da ocorrência, observar a possibilidade de diferentes versões dos fatos e, muitas vezes, ajudar a entender a dinâmica do crime. Nesse procedimento, é crucial que os peritos estejam bem-informados sobre todos os detalhes presentes nos autos do processo, para que a reconstrução seja o mais precisa possível.

Detalhando o que cada alternativa sugere:

- a) Embora a reprodução simulada possa contribuir para o entendimento do Ministério Público sobre as circunstâncias do crime, não é seu objetivo principal “convencer” sobre autoria e circunstâncias, mas sim esclarecer aspectos técnicos e dinâmicos do acontecimento.
- b) Esta alternativa está correta porque enfatiza a importância de os peritos estarem inteirados sobre todos os aspectos do caso, conforme está detalhado nos autos, antes de realizar a reprodução simulada. Isso assegura que a reconstituição seja precisamente orientada pela evidência coletada e pelos testemunhos disponíveis.

- c) A autoridade policial não necessariamente precisa de autorização judicial para realizar a reprodução simulada, a menos que haja especificações legais particulares em certo contexto.
- d) A reprodução simulada não precisa obrigatoriamente ser realizada em local similar ao do crime ou em condições ideais de luminosidade, mas sim nas condições mais próximas possíveis daquelas em que o crime ocorreu.
- e) Não necessariamente o indiciado e as testemunhas participam juntos da reprodução; isso depende de vários fatores, incluindo questões legais e procedimentais.

Letra b.

003. (IDECAN/2022/PC-BA/PERITO ODONTO-LEGAL DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA) A identificação de vítimas de desastres em massa requer um serviço organizado e sequencial que permita a otimização do desempenho de profissionais em campo, com o melhor aproveitamento do tempo, e sem a perda de acurácia no processo de reconciliação. Internacionalmente, o protocolo para a identificação de vítimas de desastres em massa proposto pela INTERPOL (International Criminal Police Organization) é amplamente difundido e sobre a identificação de vítimas de desastres em massa e o protocolo da INTEPROL, considere as asserções a seguir:

I – Ao odontologista é facultada a conclusão de “identificação” quando há certeza absoluta de que os dados ante mortem e post mortem são do mesmo indivíduo.

II – Ao odontologista é facultada a conclusão de “identificação provável” quando há a correspondência de características ante mortem e post mortem, porém os registros não possuem relação temporal.

III – Ao odontologista é facultada a conclusão de “identificação possível” quando não há discrepância inexplicável entre dados ante mortem e post mortem, mas as concordâncias dentais são em número inferior a 10.

IV – Ao odontologista é facultada a conclusão de “exclusão” quando não existem dados ante mortem que viabilizem a identificação humana por comparação.

V – Cinco são as conclusões facultadas ao odontologista durante operações de identificação de vítimas de desastres em massa.

Assinale a alternativa verdadeira:

- a) I e V, apenas
- b) II e IV, apenas
- c) I e III, apenas
- d) III e IV, apenas
- e) II e V, apenas



Para entender a resolução dessa questão, é essencial ter conhecimento sobre os métodos e protocolos de identificação de vítimas em desastres em massa, em especial o protocolo da INTERPOL. Este protocolo delinea princípios e processos para a correta identificação dos indivíduos, incluindo critérios específicos para conclusões odontológicas.

Análise das Asseverações:

I – Certa. Isso está de acordo com os protocolos padrão de identificação odontológica, em que uma conclusão de identificação só pode ser feita quando existe uma coincidência clara e inequívoca entre os registros odontológicos antes da morte (ante mortem) e os achados após a morte (post mortem).

II – Errada. A falta de relação temporal entre os registros pode levantar dúvidas significativas sobre a correspondência, o que normalmente impediria a conclusão de uma identificação provável sem investigação adicional.

III – Errada. Geralmente, o número de concordâncias necessárias para até categorizar como possível varia conforme os protocolos, e uma afirmação tão específica sobre o número como menos de 10 não é típica sem mais contexto.

IV – Certa. Quando não há dados suficientes para comparação, a conclusão correta é a exclusão, pois não é possível fazer uma identificação sem a base de comparação.

V – Certa. Geralmente, os protocolos incluem várias categorias de identificação, que podem incluir identificação positiva, identificação provável, possível identificação, insuficiente informação e exclusão.

Letra a.

004. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-PB/PAPILOSCOPISTA/MEDICINA LEGAL) Dois agricultores agrediram-se mutuamente com facões e um deles feriu-se gravemente no antebraço direito, tendo trauma ósseo e secção de diversos tendões, após solução de continuidade na face anterior desse segmento.

Com base nessa situação, é correto afirmar que o trauma descrito caracteriza lesão

- a) incisa
- b) corto-contundente
- c) contus
- d) perfuro-contusa
- e) perfuro-incisa



Para entender essa questão, precisamos revisar os conceitos dos diferentes tipos de lesões causadas por instrumentos ou objetos. As lesões podem ser classificadas, de forma simplificada, em incisas, corto-contundentes, contusas, perfuro-contusas e perfuro-incisas, dependendo da natureza do instrumento e do mecanismo de ação envolvido.

1. **Lesão incisa:** causada por objetos com gume afiado que produzem um corte limpo e regular (ex.: faca, navalha).
2. **Lesão corto-contundente:** produzida por objeto que corta e contunde ao mesmo tempo, geralmente encontrada em instrumentos com lâminas pesadas e largas que cortam enquanto causam trauma no tecido adjacente por seu peso ou forma áspera (ex.: facão, machado).
3. **Lesão contusa:** ocasionada por um impacto direto que esmaga os tecidos, sem causar uma incisão ou perfuração, resultando em equimoses, lacerações ou fraturas (ex.: porrete, pedra).
4. **Lesão perfuro-contusa:** causada por instrumentos que perfuram e contudem simultaneamente (ex.: ponta de guarda-chuva).
5. **Lesão pérfuro-incisa:** provocada por objetos que perfuram enquanto cortam, deixando uma ferida com características tanto de corte quanto de perfuração (ex.: estilete).

No caso apresentado na questão, a agressão ocorreu com o uso de facões. Os facões, por serem instrumentos mais pesados e largos com característica semelhante às de machados, são capazes de causar cortes profundos e também trauma ósseo devido à sua massa e impacto, configurando as características de uma lesão corto-contundente.

A análise detalhada das características das lesões e dos instrumentos causadores é essencial para a precisão diagnóstica em traumatologia forense, o que, por sua vez, ajuda na elucidação de casos criminais no que se refere ao tipo de violência empregada.

Letra b.

005. (CESPE/CEBRASPE/2022/POLITEC/RO/PERITO CRIMINAL/CRIMINALÍSTICA) Uma equipe pericial foi encaminhada para local de homicídio perpetrado mediante o uso de arma de fogo, em via pública de determinada comunidade. O local abrangido pelo cadáver e os principais vestígios foram devidamente preservados; todavia, no decorrer do exame pericial, um popular encontrou estojos balísticos do mesmo calibre utilizado no crime, em área próxima, mas sem qualquer ligação geográfica com o local do delito.

Nessa situação hipotética, considerando a conceituação e a divisão doutrinária de local de crime, o perito deverá

- a) recolher os estojos citados após o levantamento pericial, porquanto eles foram encontrados em local denominado imediato.
- b) recolher os estojos em questão após o levantamento pericial, visto que eles foram encontrados em local denominado mediato.
- c) desprezar os referidos estojos, porque eles constituem vestígios ilusórios sem nenhuma relação com o delito.

- d) desprezar os referidos estojos, porque eles não estão relacionados geograficamente com o local do crime.
- e) recolher os citados estojos após o levantamento pericial, porquanto eles foram encontrados em local denominado relacionado.



Para abordar esta questão de maneira eficaz, é essencial compreender a classificação dos locais de crime em relação à sua proximidade e relevância para o evento investigado. Os locais de crime são geralmente divididos em três categorias principais: local de crime primário, secundário e relacionado.

1. **Local primário:** É onde ocorreu o principal evento ou onde o crime foi originalmente perpetrado.
2. **Local secundário:** É um local onde ocorreram eventos subsequentes ao crime, que estão diretamente relacionados a ele.
3. **Local relacionado:** São áreas que, embora não sejam os locais diretos onde o crime foi perpetrado, possuem evidências que podem estar ligadas ao crime, como trajetos de fuga, locais onde descartaram-se provas, entre outros.

Na situação apresentada, os estojos balísticos foram encontrados fora do perímetro imediato do crime, em uma área que não tem conexão geográfica clara com o local do delito. No entanto, a ligação com o crime não pode ser desconsiderada sem uma investigação adequada. Os estojos poderiam ter sido descartados pelo autor durante sua fuga ou após o crime, categorizando-se como um “local relacionado”.

Letra e.

006. (FGV/2022/SENADO FEDERAL/TÉCNICO LEGISLATIVO/POLICIAL LEGISLATIVO/CRIMINALÍSTICA) Considerando o regramento legal brasileiro previsto no Código de Processo Penal atinente ao local do crime, assinale a afirmativa correta.

- a) Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e os vestígios deixados no local do crime.
- b) A realização do exame de corpo de delito terá prioridade quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher, violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência e, ainda, violência decorrente de crime praticado por motivação racial.
- c) O exame do local onde houver sido praticada a infração poderá ser feito a partir de relatos de terceiros, não sendo necessária a manutenção do estado das coisas até a chegada dos peritos.

- d) O exame de corpo de delito será obrigatoriamente realizado a partir dos vestígios, não podendo a prova testemunhal suprir a falta do exame.
- e) O juiz ou a autoridade policial negará qualquer perícia requerida pelas partes quando não for necessária ao esclarecimento da verdade.



Para abordar essa questão sobre o local do crime, é imprescindível ter conhecimento sobre as diretrizes do Código de Processo Penal brasileiro que regula a preservação e o exame dos locais onde ocorrem infrações penais. Existem procedimentos específicos que devem ser seguidos para garantir a integridade das evidências e a eficácia da investigação.

No caso específico desta questão, a alternativa (A) afirma que “Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e os vestígios deixados no local do crime.” Isso é fundamental, pois a fotografia dos cadáveres e dos vestígios na cena do crime não apenas preserva a condição original do local, mas também serve como recurso crucial para a análise posterior. A captura visual de um cadáver na posição em que foi encontrado pode oferecer insights valiosos sobre a dinâmica do evento criminoso e a causa da morte.

- b) discute priorização de exame de corpo de delito baseado na vítima, mas isso é particular ao contexto e não aborda diretamente o procedimento padrão para locais de crime.
- c) nega a necessidade de preservação do local do crime para peritos, o que vai contra as boas práticas de investigações criminais.
- d) é incorreta pois um exame de corpo de delito pode ser complementado por provas testemunhais em alguns casos.
- e) trata da negação de perícia pelo juiz ou autoridade policial, não tocando diretamente nos procedimentos de registro imediato no local do crime.

Assim, a correta preservação e documentação das condições encontradas no local de um crime são essenciais para a investigação, fazendo da opção(a) a única totalmente alinhada ao protocolo adequado.

Letra a.

007. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/PAPILOSCOPISTA/PERITO CRIMINAL/PERITO MÉDICO-LEGISTA/PERITO ODONTOLEGISTA/CRIMINALÍSTICA) Considere-se que uma equipe policial foi a primeira a chegar a um local de homicídio onde o cadáver e os demais vestígios ainda se encontravam, situado em via pública, próximo a uma área de imenso matagal. A partir dessa situação hipotética e considerando aspectos suscitados pelo tema, julgue o próximo item. Para o deslocamento de saída do local do crime, deverá a equipe policial adotar o trajeto inverso e em sentido contrário ao de entrada.



Para resolver esta questão, é essencial compreender o conceito de preservação de local de crime, que é fundamental na investigação criminal. O trajeto de entrada e saída do local é crucial para evitar a contaminação de evidências.

Normalmente, quando uma equipe policial chega a um local de crime, ela deve estabelecer uma rota de acesso que minimizará o contato e a perturbação de qualquer evidência potencial. Isso é feito para garantir que o local esteja o menos alterado possível, permitindo que peritos e investigadores possam coletar materiais sensíveis com precisão.

A questão afirma que, na saída, a equipe policial deveria adotar o trajeto inverso e em sentido contrário ao de entrada. Em termos práticos, isso significa que eles tentariam evitar perturbar o caminho pelo qual entraram, o que pode ser interpretado como uma tentativa de preservar as evidências. No entanto, dependendo do contexto específico do local de crime e da evolução da cena após a chegada da primeira equipe, este procedimento pode não ser o mais adequado.

Por vezes, as condições no local podem mudar depois da chegada inicial, ou pode ser identificada uma rota de saída que minimiza ainda mais o risco de contaminação das evidências. Portanto, a afirmativa sugere uma rigidez que não necessariamente se aplicaria a todos os contextos de locais de crime, especialmente em áreas complexas como a descrita. O correto seria avaliar e possivelmente adaptar a rota de saída conforme as necessidades específicas do local e do momento para melhor preservar a integridade do local do crime. A resposta correta é um reflexo da necessidade de flexibilidade e adaptabilidade nas técnicas de investigação criminal, ajustando-se às condições do local para melhor proteger as evidências.

Errado.

008. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/PERITO MÉDICO-LEGISTA/PERITO ODONTOLEGISTA/CRIMINALÍSTICA) Considere-se que uma equipe policial foi a primeira a chegar a um local de homicídio onde o cadáver e os demais vestígios ainda se encontravam, situado em via pública, próximo a uma área de imenso matagal. A partir dessa situação hipotética e considerando aspectos suscitados pelo tema, julgue o próximo item. Após a demarcação e o isolamento do local, a equipe policial deverá permanecer no interior do perímetro demarcado como local imediato, para preservá-lo, até a chegada dos peritos.



Para compreender a questão proposta, é fundamental conhecer os procedimentos padrão de abordagem a um local de crime, em especial a conduta sobre o isolamento e a preservação do local. Esses procedimentos são essenciais para proteger provas físicas que podem ser cruciais para a investigação e o processo legal subsequente.

Quando um local de crime é identificado, especialmente em locais abertos como o descrito na situação hipotética, o primeiro passo é estabelecer um perímetro de isolamento. Este perímetro deve ser suficientemente amplo para proteger não apenas o corpo e os vestígios diretos, mas também possíveis evidências nas imediações que possam ter relação com o crime. Uma vez estabelecido o isolamento, é crucial minimizar a interferência nesse espaço. Embora a equipe policial deva proteger o local do crime até a chegada dos peritos, não é recomendado que permaneçam dentro do perímetro imediato onde ocorreu o homicídio. Isso porque o risco de contaminação das evidências é elevado. Os policiais devem, portanto, posicionar-se de forma a impedir que outras pessoas entrem no local de crime, mas sem ficarem dentro do perímetro demarcado como local imediato. Eles devem manter uma distância segura para evitar qualquer alteração do cenário ou das provas.

Portanto, para preservar a integridade das evidências até a chegada dos peritos, os policiais devem manter-se fora do local imediato do crime, controlando o acesso de forma eficaz. A manutenção da integridade do local de crime é uma prioridade que requer práticas rigorosas de isolamento e limitação de acesso somente a pessoas diretamente envolvidas na coleta de evidências. A técnica e postura da equipe em cena são fundamentais para a eficácia da investigação futura.

Errado.

009. (INSTITUTO AOCP/2023/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/AGENTE AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL/AUXILIAR DE NECROPSIA/AUXILIAR DE PERÍCIA/CRIMINALÍSTICA) Nos termos legais, acerca do que os peritos devem verificar em perícias relacionadas a locais de crime envolvendo incêndios, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A causa e o lugar em que houver começado.
- b) O perigo que dele tiver resultado para a vida ou para o patrimônio alheio.
- c) Se os trabalhos de combate às chamas e o rescaldo contribuíram para patrimônio.
- d) A extensão do dano e o seu valor.
- e) As alterações do estado das coisas e as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.



Para uma análise adequada da questão, é fundamental entender o que são perícias em locais de crime, especialmente incêndios, segundo a legislação brasileira e sua aplicação prática em Criminalística.

1. Causa e local de início: A primeira coisa que peritos investigam em um incêndio é onde e como ele começou. Isso é essencial para determinar se o incêndio foi acidental, criminoso ou natural.

2. **Risco para vida ou patrimônio:** É essencial avaliar se o incêndio representou um perigo para a vida humana ou para bens materiais, ajudando na classificação da gravidade e das medidas legais aplicáveis.

3. **Extensão do Dano e Valor:** Medir a extensão dos danos causados pelo incêndio e estimar o valor dos prejuízos é crucial para processos de seguro e compensações.

4. **Alterações e consequências:** Detectar mudanças provocadas pelo incêndio e como essas alterações influenciam a compreensão dos eventos é outro aspecto importante.

A alternativa (C) menciona **“Se os trabalhos de combate às chamas e o rescaldo contribuíram para patrimônio”**, o que é claramente um erro de digitação ou de formulação, pois não faz sentido completo dentro do contexto. Assumindo que a ideia era comentar sobre a contribuição dos peritos em avaliar o efeito das ações de combate ao incêndio sobre o patrimônio, ainda assim, a principal função da perícia não é avaliar a ação do combate em si, mas sim as causas, extensões e consequências do incêndio.

Este é um exemplo clássico de como uma falha na formulação de uma alternativa pode confundir os candidatos. É crucial ler atentamente e garantir que o contexto e a lógica de cada alternativa estão corretos e claros.

Letra c.

010. (IADES/2024/POLÍCIA CIENTÍFICA/GO/ODONTOLEGISTA DE 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA)
Suponha que, em um sábado, às 20 horas, simultaneamente, autoridades de delegacias de polícia tenham solicitado exames periciais para três ocorrências policiais: roubo a estabelecimento comercial, violência contra idoso e homicídio tentado de homem não deficiente de 25 anos de idade. Durante esse plantão noturno, a única equipe de perícia oficial da cidade

- a) deslocou-se imediatamente para realizar os exames na ocorrência de homicídio tentado.
- b) esperou o dia amanhecer para realizar os exames.
- c) deslocou-se imediatamente para realizar os exames na ocorrência de roubo.
- d) deslocou-se imediatamente para realizar os exames na ocorrência de violência contra idoso.
- e) não se deslocou, pois, aos finais de semana, só se realiza exame caso haja cadáver.



Para compreender a resolução dessa questão é necessário conhecer a priorização que deve ser aplicada nas solicitações de exames periciais em locais de crime. O cenário proposto envolve três tipos de ocorrências: roubo a estabelecimento comercial, violência contra idoso e um homicídio tentado de um homem jovem. É importante notar que cada tipo de ocorrência possui diferentes graus de urgência na resposta pela perícia criminal, influenciados pela gravidade e pelas consequências legais e sociais envolvidas.

Primeiramente, o roubo a estabelecimento comercial, apesar de ser um crime grave, geralmente não envolve risco iminente de perda de vida após o ato. Em seguida, a violência contra idoso é uma grave violação dos direitos humanos e necessita de rápida intervenção, no entanto, ainda que urgente, pode não exigir ação imediata como nos casos de crimes contra a vida. Finalmente, o homicídio tentado, embora o indivíduo tenha sobrevivido, configura-se como um crime contra a vida, tendo a vítima sobrevivido por circunstâncias alheias à vontade do perpetrador.

Assim, na prática da perícia criminal, crimes contra a vida requerem uma resposta mais imediata devido à necessidade de coleta de provas que podem ser voláteis (como testemunhas, vestígios biológicos, entre outros aspectos), além de contribuir diretamente para a proteção da vida humana e a urgência em processar o autor do crime. Portanto, dentre as opções apresentadas, a prioridade correta é a cena do crime de homicídio tentado onde a intervenção rápida é crucial para a preservação das evidências e dos testemunhos pertinentes ao caso.

Letra a.

011. (INSTITUTO AOCP/2022/PC-GO/PAPILOSCOPISTA POLICIAL DA 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA)

João e José foram denunciados pela prática do crime de homicídio contra a pessoa de Mario, não tendo sido realizado exame de corpo de delito cadavérico, pois o cadáver jamais foi encontrado. Em juízo, João confessou a prática do crime de homicídio, dizendo, ainda, que teve a ajuda de José para o cometimento do crime. José, em seu interrogatório, permaneceu em silêncio. Corroborando a versão de João, foram ouvidas duas testemunhas de acusação. Diante desse caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) O silêncio de José não importará em confissão, mas poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.
- b) A confissão de João possui valor intrínseco superior às demais provas, devendo ser aferida pelo magistrado por critérios diferenciados em relação ao restante do conjunto probatório.
- c) Por se tratar de crime que deixa vestígio, é indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- d) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- e) A confissão de João é indivisível, não podendo o juiz considerar apenas uma parte do que foi confessado.



Para resolver esta questão, é fundamental entender alguns conceitos básicos do direito penal e processual penal, tais como a natureza do exame de corpo de delito, a importância das provas em um processo penal, especialmente em casos de homicídio sem o corpo da vítima (*corpus delicti*), e o valor da confissão e do silêncio dos acusados perante a corte.

Detalhamento da Resposta:

Em casos de crimes que deixam vestígios, como é o caso de um homicídio, o Código de Processo Penal Brasileiro (CPP) estabelece a necessidade de um exame de corpo de delito (art. 158). Mesmo quando o corpo não é encontrado, o exame de corpo de delito indireto pode ser realizado com base em outros indícios e evidências que comprovam a ocorrência do crime. No cenário apresentado na questão, o cadáver de Mario não foi encontrado, o que impossibilita a realização do exame de corpo de delito direto. Nesse contexto, as provas testemunhais, especialmente quando corroboram a confissão de um dos acusados, tornam-se críticas para suprir a ausência de vestígios físicos diretos.

João confessou o crime e implicou José. O silêncio de José (item A), conforme o CPP, não pode ser considerado uma confissão, mas pode, sim, ser interpretado em seu prejuízo dependendo de outras evidências apresentadas. Contudo, isso por si só não resolve a questão da falta do exame de corpo de delito.

A confissão, enquanto prova admitida, não possui valor superior às demais provas (item E) e o CPP prevê que ela pode ser divisível, podendo o juiz aceitar parte dela e rejeitar outra. O magistrado avalia a confissão dentro do conjunto de provas disponíveis (item B).

Portanto, a alternativa correta (D) destaca que, na impossibilidade de realização de exame de corpo de delito direto, a prova testemunhal, juntamente com outras provas indiretas, pode suprir tal falta, conforme previsto no art. 167 do CPP.

Neste contexto, é crucial entender que, no direito penal brasileiro, a integridade do processo e a busca pela verdade factual são suportadas por diferentes tipos de prova. A inexistência do corpo não impede a condenação, mas exige a construção de um conjunto probatório robusto e coerente.

Letra d.

012. (IDECAN/2022/PC-BA/PERITO TÉCNICO DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA) Define-se local de crime como qualquer local onde tenha ocorrido um fato potencialmente delituoso. Abrange também os locais relacionados ao delito onde tenham ocorrido atos preparatórios, materiais ou ulteriores à consumação delitiva. Em situação hipotética de homicídio envolvendo as seguintes etapas: planejamento detalhado no apartamento A, consumação no beco B, traslado do corpo para a região R, onde o cadáver foi ocultado, armas e veículos utilizados na prática delitiva encontrados no mato M e um dos suspeitos preso em hospital H. São considerados locais de crime, exceto:

- a) Apartamento A.
- b) Mato M.
- c) Região R.
- d) Beco B.
- e) Hospital H.



O conceito de local de crime abrange não só o local onde o crime efetivamente ocorreu, mas também qualquer local onde tenham sido realizados atos preparatórios, execução ou qualquer outro ato relacionado ao delito, incluindo a ocultação de provas ou o corpo da vítima. Isso é essencial para compreender a dinâmica do crime e garantir uma investigação abrangente.

No cenário apresentado, temos várias etapas e locais relacionados ao crime de homicídio:

1. **Apartamento A** – onde ocorreu o planejamento do crime. Esse local é crucial para entender a premeditação e os planos dos suspeitos.
2. **Beco B** – local onde o crime de homicídio foi consumado. Este é claramente um local de crime, pois é onde o ato delituoso foi realizado.
3. **Região R** – onde o corpo foi ocultado. Esse é um local significativo para a investigação, pois diz respeito à tentativa de ocultar o crime, influenciando na maneira como o mesmo foi conduzido após o seu cometimento.
4. **Mato M** – onde foram encontradas as armas e os veículos usados no crime. Este local está diretamente vinculado ao crime, pois contém evidências materiais fundamentais para a investigação.

A exceção é:

5. **Hospital H** – onde um dos suspeitos foi preso. Este local, embora relacionado à apreensão de um suspeito, não é onde ocorreu nenhuma das etapas do crime em si, como planejamento, execução ou ocultação de provas ou do corpo da vítima, e, portanto, não se enquadra na definição de local de crime conforme descrito.

Dessa forma, o hospital H é o único que não se enquadra nos critérios de local de crime para o contexto deste homicídio, pois não há conexão direta com a preparação, execução ou consequências imediatas do crime.

Letra e.

013. (INÉDITA/2024) O homicídio é o crime mais comum entre os crimes contra a vida. Ele se caracteriza pela ação de matar outra pessoa, com ou sem intenção. Isso posto, são circunstâncias que tornam o crime de homicídio ainda mais grave: o uso de violência, tortura e motivos torpes.



O homicídio pode ser agravado ou qualificado, quando há circunstâncias que tornam o crime ainda mais grave, como o uso de violência, tortura, motivos torpes, entre outros.

Certo.

014. (INÉDITA/2024) O feminicídio é um crime que se caracteriza pela motivação de gênero. É o assassinato de mulheres em função de sua condição de gênero, ou seja, por serem mulheres. Esse crime tem crescido de forma alarmante em todo o mundo e é considerado um dos mais graves. No Brasil, o feminicídio foi incluído no Código Penal em 2015 como uma majorante do homicídio, com pena mais severa.



No Brasil, o feminicídio foi incluído no Código Penal em 2015 como uma qualificadora do homicídio, com pena mais severa.

Errado.

015. (INÉDITA/2024) O infanticídio é o crime que consiste em matar o próprio filho recém-nascido, durante ou logo após o parto. Esse crime é considerado mais leve que o homicídio, uma vez que a legislação prevê a extinção da pena em casos em que a mãe comete o crime sob o efeito de transtornos psicológicos decorrentes do parto.



O infanticídio é o crime que consiste em matar o próprio filho recém-nascido, durante ou logo após o parto. Esse crime é considerado mais leve que o homicídio, uma vez que a legislação prevê a redução da pena em casos em que a mãe comete o crime sob o efeito de transtornos psicológicos decorrentes do parto.

Errado.

016. (INÉDITA/2024) Dentre os inúmeros crimes contra a vida, o aborto é um crime que consiste na interrupção da gravidez antes que o feto possa sobreviver fora do útero. No Brasil, o aborto é considerado crime, exceto, apenas, em casos de estupro.



No Brasil, o aborto é considerado crime, entretanto há mais de uma exceção: em casos de estupro, risco de vida para a mãe ou feto com anencefalia.

Errado.

017. (INÉDITA/2024) O latrocínio é um crime que se caracteriza pelo roubo seguido de morte. Nesse caso, o agente comete o roubo, mas acaba matando a vítima culposamente, mediante imprudência, imperícia ou negligência. Esse crime é considerado muito grave, pois envolve não só o roubo, mas também o assassinato culposos da vítima.



O latrocínio é um crime que se caracteriza pelo roubo seguido de morte. Nesse caso, o agente comete o roubo com o objetivo de matar a vítima. Esse crime é considerado muito grave, pois envolve não só o roubo, mas também o assassinato da vítima.

Errado.

018. (INÉDITA/2024) A lesão corporal seguida de morte é um crime que consiste em causar lesões corporais em alguém que resultam em sua morte. Esse crime é considerado grave, uma vez que a morte é consequência direta da ação do agente. A pena para esse crime é bastante severa, podendo chegar a 30 anos de prisão.



Não há nenhum erro no item, mas a nível de curiosidade, a lesão corporal seguida de morte tem uma pena de reclusão de quatro a doze anos, enquanto que apenas a lesão corporal leve tem uma pena de detenção de 3 meses a 1 ano.

Certo.

019. (INÉDITA/2024) A análise do local de crime é essencial para a investigação do caso, pois é nele que se encontram as principais pistas e evidências que podem ajudar a esclarecer o que aconteceu. Um local de crime é qualquer lugar onde ocorreu uma morte acidental (sem violência) ou suspeita de ter sido provocada pela ação da natureza (caso fortuito ou força maior).



Um local de crime é qualquer lugar onde ocorreu uma morte violenta ou suspeita de ter sido provocada por ação humana. Isso pode incluir residências, estabelecimentos comerciais, vias públicas, parques, florestas, entre outros locais.

Errado.

020. (INÉDITA/2024) A investigação de um local de crime começa com o despacho do Delegado de Polícia que autoriza a investigação policial. Assim, os peritos devem preservar o local e evitar que qualquer evidência seja contaminada ou destruída. Isso envolve a criação de uma zona de isolamento, a restrição do acesso ao local e a utilização de equipamentos de proteção individual.



A investigação de um local de crime começa com a chegada da equipe de peritos forenses.

Errado.

021. (INÉDITA/2024) Uma vez que o local esteja preservado, a equipe de peritos começa a coletar evidências. Isso pode incluir coleta de sangue, cabelo, impressões digitais, pegadas, material genético, objetos que possam ter sido usados no crime, entre outras coisas. Todas as evidências devem ser embaladas corretamente e, a priori, para o Delegado de Polícia responsável pela investigação a fim de que sejam registradas no auto de prisão em flagrante, quando for o caso.



Uma vez que o local esteja preservado, a equipe de peritos começa a coletar evidências. Isso pode incluir coleta de sangue, cabelo, impressões digitais, pegadas, material genético, objetos que possam ter sido usados no crime, entre outras coisas. Todas as evidências devem ser embaladas corretamente e levadas para análise em laboratório.

Errado.

022. (INÉDITA/2024) Após a coleta de todas as evidências e a documentação do local de crime, a equipe de peritos deve realizar uma análise detalhada de todas as informações coletadas. Isso envolve a interpretação dos resultados de análises laboratoriais, a identificação de padrões e a correlação de todas as evidências coletadas.



Correto. Com base nessas informações, a equipe pode determinar a causa da morte e identificar possíveis suspeitos.

Certo.

023. (INÉDITA/2024) Os peritos devem documentar o local de crime, registrando fotografias e vídeos, fazendo croquis e anotações detalhadas. Esses registros são importantes para a reconstituição dos fatos e para apresentar as provas em um julgamento.



Correto, haja vista a fundamental importância do trabalho desses profissionais para a elucidação dos fatos a fim de apontar indícios suficientes de autoria e elementos concretos de materialidade.

Certo.

024. (INÉDITA/2024) A investigação de locais de crime contra a vida é uma área fundamental da criminalística, que envolve uma série de técnicas e procedimentos específicos. A análise de um local de crime pode fornecer informações valiosas para a resolução de casos de homicídio e suicídio, salvo nos casos de morte acidental, haja vista a desnecessidade de comprovar o autor do crime devido ao fato de não haver culpados.



A análise de um local de crime pode fornecer informações valiosas para a resolução de casos de homicídio, suicídio e morte acidental, e a utilização de métodos científicos rigorosos é essencial para garantir a justiça e a segurança pública.

Errado.

025. (INÉDITA/2024) Existem vários tipos de locais de crime contra a vida, incluindo locais de trabalho, onde frequentemente ocorrem de forma exclusiva: assédio sexual, agressões e assassinatos.



Não, pois, para a compreensão desse item, faz-se necessário saber que esses locais (becos e ruas; ambientes domésticos e dentre outros) não são exclusivos para cada tipo de crime e que cada caso é único, com sua própria dinâmica e contexto.

Errado.

026. (INÉDITA/2024) Chamar imediatamente a polícia e/ou os serviços de emergência é a primeira coisa a ser feita em um local de crime contra a vida. As autoridades são responsáveis por preservar a cena do crime, investigar e garantir a segurança de todos os envolvidos.



Ao chegar em um local de crime contra a vida, é importante tomar alguns cuidados para preservar a cena do crime e garantir a segurança de todos os envolvidos. Assim, acionar as autoridades é de crucial importância e deve ser a primeira coisa a ser feita.

Certo.

027. (INÉDITA/2024) É de crucial importância que as pessoas próximas ao local do crime tentem conversar com as vítimas e o possível criminoso a fim de acalmá-los para que possam prestar as informações certas a respeito do que houve na região.



Evitar contato com testemunhas ou envolvidos: é importante não falar com testemunhas ou envolvidos no local do crime, a fim de evitar informações conflitantes ou interferir na investigação.

Errado.

028. (INÉDITA/2024) A identificação de suspeitos em crimes contra a vida é uma tarefa complexa, que exige a utilização de diversas técnicas e ferramentas de investigação. As autoridades policiais e a perícia criminal devem trabalhar em conjunto para reunir evidências e informações que possam ajudar na identificação dos suspeitos e na resolução dos crimes.



A identificação de suspeitos em crimes contra a vida é uma tarefa importante e desafiadora para as autoridades policiais e para a perícia criminal. Existem diversas formas de identificar suspeitos em crimes contra a vida, que variam de acordo com o tipo de crime e com as circunstâncias envolvidas.

Certo.

029. (INÉDITA/2024) Dentre os inúmeros crimes contra a vida, o infanticídio é o ato de matar o próprio filho durante o parto ou logo após. Ele é considerado um crime privilegiado, e a pena pode ser reduzida em até 1/6, de acordo com o art. 123 do Código Penal.



É necessário estudar com cuidado e prestando muita atenção para evitar erros como esse, pois ele é considerado um crime privilegiado, e a pena pode ser reduzida em até 2/3.

Errado.

030. (INÉDITA/2024) Morte decorrente de imprudência, negligência ou imperícia: Esse tipo de crime ocorre quando alguém, por imprudência, negligência ou imperícia, causa a morte de outra pessoa. Esses crimes são previstos no Código de Trânsito Brasileiro, no Código Penal e em outras leis específicas, como por exemplo, no caso de médicos que cometem erros graves em cirurgias.



É o chamado homicídio culposo, que é caracterizado pela morte, mas sem a intenção de matar, uma vez que a vítima morreu devido à imprudência, imperícia ou negligência do autor do delito.

Certo.

031. (INÉDITA/2024) No Processo Penal, a investigação e o julgamento dos crimes contra a vida são tratados de forma especial, devido à sua gravidade. Os crimes contra a vida são julgados pelo Tribunal do Júri, formado por 15 jurados escolhidos pelo juiz. O juiz preside o julgamento e é ele quem decide sobre a condenação ou absolvição do réu, enquanto que o Júri (formado pelos jurados) tem a função de determinar se a pena imposta pelo juiz será diminuída ou aumentada.



Os crimes contra a vida são julgados pelo Tribunal do Júri, formado por sete jurados escolhidos por sorteio. O juiz preside o julgamento, mas é o júri quem decide sobre a condenação ou absolvição do réu. A defesa e a acusação podem fazer suas argumentações e apresentar suas provas, mas é o júri quem tem a palavra final.

Errado.

032. (INÉDITA/2024) No Processo Penal, os crimes contra a vida são regidos por prazos específicos, que visam garantir a rapidez e a eficiência na investigação e no julgamento desses crimes. Por exemplo, o prazo para a conclusão do inquérito policial é de 30 dias.



O processo penal dos crimes contra a vida é regido por prazos específicos, que visam garantir a rapidez e a eficiência na investigação e no julgamento desses crimes. Por exemplo, o prazo para a conclusão do inquérito policial é de 10 dias.

Errado.

Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

